

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

CONFERÊNCIA. O NACIONALISMO PORTUGUÊS NO TEMPO DOS FILIPES.

BASTO, A. de Magalhães

Ano: 1931 | Número: 41

Como citar este documento:

BASTO, A. de Magalhães, Conferência. O Nacionalismo Português no tempo dos Filipes. *Revista de Guimarães*, 41 (3) Jul.-Set. 1931, p. 145-159.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmento.uminho.pt
URL: www.csarmento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

O Nacionalismo Português no tempo dos Filipes

(Conferência proferida na Sociedade Martins Sarmento na noite de 9 de Março de 1931)

(Continuado de pág. 100)

Mas não foi só na defesa do idioma, no recrudescimento de interesse pelas tradições gloriosas da História Pátria, nas reedições ou edições das mais belas obras da literatura quinhentista, que o nacionalismo português se afirmou.

Houve ainda um fenómeno colectivo, de ordem psicológica, que foi em parte um produto do sentimento nacional popular, representou um notável papel na restauração da independência e, ficou tendo, pelos séculos fora, como missão, «nas épocas de crise, acordar a consciência pública para destinos mais ditosos» (1).

Refiro-me, ao *sebastianismo*.

E' fácil — diz D. Francisco Manuel de Melo — persuadir ao coração aquelas coisas que deseja: por isso muita gente tinha a mais viva esperança no regresso do rei perdido em Africa e na *restituição do seu império* (2).

Este singular estado psíquico da nação não resultou do nosso fundo céltico, como pretendeu Oliveira Martins; não foi uma *manifestação do génio natural íntimo da raça*; não foi uma *explosão simples de desesperança* (3).

Em todo o mundo e em todos os tempos quando um povo é flagelado pela desgraça, e vê desaparecer (misteriosamente ou não) o chefe a quem idolatrava, tem sucedido o mesmo que se deu entre nós: não morre na alma popular a **esperança!**

(1) Lúcio de Azevedo — *A evolução do sebastianismo* — Lisboa, 1918, pág. 145.

(2) *Epanaphoras de varia historia*, etc. — L.^{as} 1660, pág. 37.

(3) *Historia de Portugal*, vol. II, 1927, pág. 83.

O sebastianismo não foi pròpriamente uma *explosão* motivada pelo desespero; foi uma *criação* do desespero. Associando-se ao bandarrismo — (que lhe é muito anterior, e que se formou com elementos estranhos ao povo português e à sua alma, como demonstrou Lúcio de Azevedo) — é que o *sebastianismo* veio a dar a estranha religião que, ainda há pouco, tinha fanáticos nos sertões brasileiros.

¿Para que ir buscar explicações às origens étnicas, à raça — com tudo que nisso há de impreciso —, quando a explicação cabal e evidente está nos próprios factos?!

Ninguém dava provas suficientes de que D. Sebastião tivesse morrido. O País chorava a perda da sua liberdade. ¿Que admiração que o povo se aferrasse à esperança de ver regressar o *seu rei*, sempre desejado, para expulsar o usurpador?

Tanto o sebastianismo revestia este carácter que foi considerado perigoso pelo Govêrno dos Filipes, e as autoridades castelhanas não tardavam a intervir sempre que appareceu aqui e no estrangeiro um falso D. Sebastião.

Em 1584 surge o de Penamacor. — Em 1585 o da Ericeira. Quem os inventou?

O povo. Fôra o povo que sucessivamente lhes dera a realza. E' claro que elles (certamente com mira num negócio rendoso) não a rejeitaram.

O da Ericeira sendo prêso e pôsto a tormentos, *declarou que o seu plano era sublevar os portuguezes*, para restaurar a independência (!).

Não se pode dar grande fé às confissões extorquidas pela violência: é possível que o desgraçado dissesse apenas o que os juizes lhe fizeram dizer.

Mas o que é certo é que êsse D. Sebastião... *da Ericeira* conseguiu suggestionar o povo da região a tal ponto que houve um verdadeiro levantamento popular, quando os soldados o foram prender.

Aquele Frei Miguel dos Santos, prêgador das exéquias dos Jerónimos, e de quem já por duas vezes aqui falei, foi partidário acérrimo do Prior do Crato — e teve no seu activo a *invenção* de um terceiro D. Sebastião, o célebre

(!) Fortunato de Almeida — *História de Portugal*, vol. IV, 1926, pág. 52.

pasteleiro do Madrigal. Ideou uma farça com intuítos, parece, patrióticos — mas tudo desandou em tragédia.

Frei Miguel dos Santos terminou na fôrca da Plaza Mayor, de Madrid, a sua aventura.

A' história dos falsos *D. Sebastões* anda ligado o nome de um vimaranense ilustre — o frade domínico Estêvão de Sampaio.

Perdoem-me (os que já conhecerem o episódio) que eu aqui o rememore nas suas linhas gerais.

Frei Estêvão de Sampaio era anti-castelhanista convicto. Esteve a ferros com vários companheiros — dominicanos como êle. Conseguiu evadir-se. Foi para França, matriculou-se na Universidade de Tolosa, doutorou-se e chegou a lente.

Eis que lhe dizem ter aparecido em Veneza um novo *D. Sebastião*. Mas desta vez era o autêntico... Não havia dúvida.

Frei Estêvão corre à rainha do Adriático, mas o *D. Sebastião* já tinha sido prêso por instigações do embaixador castelhano e foi impossível vê-lo. Passava-se isto em meados de 1599.

Resolve-se Frei Estêvão a aventurar-se aos perigos de uma viagem a Portugal para dar parte aos patriotas de que finalmente tinha aparecido o rei, e também com o fim de reunir fundos para o tirar do cativeiro e pô-lo em condições de vir reclamar os seus direitos.

Quem duvidaria do que afirmava Frei Estêvão?

Percorre o país, volta a Veneza com algum dinheiro e consegue ver *D. Sebastião*.

Há quem diga que a sua primeira impressão foi de desapontamento.

D. Sebastião aquele homem, com aquela cara! E que nem falava o português!

Mas logo retomou o comando dos seus nervos e nada deixou transparecer do que sentira.

Frei Estêvão e alguns outros Portugueses tanto se interessaram pelo prisioneiro (até influências internacionais moveram) que a Senhoria de Veneza o pôs em liberdade.

Segue-o para Florença Frei Estêvão, mas aí o charlatão é prêso de novo e finalmente remetido às autoridades castelhanas de Nápoles.

Então confessou tudo: chamava-se Marco Túlio Ca-

tizone, era natural da Calábria, tôda a vida fôra um aventureiro.

Nos fins de 1601, ou comêços do ano immediato, condemnavam-no às galês para tôda a vida.

Mas Frei Estêvão não desanimou.

Custasse o que custasse, era preciso conservar entre os Portugueses a crença de que D. Sebastião estava vivo.

Por isso, não descansa o Frade enquanto não reata as relações com o forçado e o põe em correspondência com vários Portugueses.

Imagine-se a revolta que estes sentiriam pensando que o seu pobre rei andava a arrastar cadeias e a remar nas galês de Castela...

Mas quando menos se esperava, Frei Estêvão é prêso em Sevilha e Marco Túlio metido na cadeia de San Lucar de Barrameda. O calabrés foi executado em 23 de Setembro de 1603; quanto ao vosso conferrâneo, meus senhores, ignora-se o seu fim. Nunca mais se ouviu falar de Frei Estêvão de Sampaio.

Como todos estão vendo, o sebastianismo também teve os seus mártires.

Mas com êles se fortalecia a fé dos crentes; cada dia aumentava o número dos prosélitos.

A' plebe, que primeiro tinha dado forma inconsistente ao mito, — aos ignorantes —, juntaram-se dentro em pouco os sábios, como diz Francisco Manuel de Melo.

D. João de Castro, neto do grande vice-rei da Índia do mesmo nome, visionário culto e inteligente, foi (como lhe têm chamado) o S. Paulo da nova doutrina.

Auxiliaram-no depois muitos outros. Na expansão da crença messiânica colaborou todo o clero nacional — principalmente os Jesuítas.

¿ Mas teria contribuído to sebastianismo, como já aqui afirmei, para a restauração da Independência?

Queiram ouvir o que diz um manuscrito antigo da Biblioteca Municipal do Pôrto:

—D. Antão de Almada e outros conspiradores *ajuntando-se algumas vezes (entre 1634 e 1640) faziam discursos, liam profecias e lóas do Bandarra (naqueles tempos muito favorecidas) e parecia-lhes, a todos os instantes, toparem com el-rei D. Sebastião.

«E é certo (acrescenta-se) que estes desejos e esperanças, que o tempo retardou, foram uns motivos que deram causa à aclamação de el-rei D. João IV.» (1).

E' inegável (vários historiadores já o afirmaram): — o sebastianismo agitou os espíritos, conservou no povo a esperança de melhores dias e facilitou assim a restauração.

Na mesma Biblioteca Pública do Pôrto, muito rica em manuscritos sebastianistas, encontra-se num curioso códice a narrativa de um daqueles casos misteriosos, inexplicáveis, maravilhosos como tantos se conhecem e que na época tam fortemente excitaram as imaginações.

Vou referi-lo porque não o supponho muito divulgado.

Passou-se em Coímbra, no Paço do Bispo-Conde, no dia 23 de Outubro de 1622.

O Arcediago de Riba-Coa, Martim Afonso de Mexia, jantava com alguns amigos, no salão onde estavam pendurados em volta, nas paredes, os retratos dos réis de Portugal.

Dois pagens, gravemente, serviam.

Em dada altura a conversa derivou para o eterno tema: quando regressaria D. Sebastião?

Porém um dos convivas queria fazer-se espirito forte e começou a zombar.

Alguém lhe disse: — Se aqui estivera João Pinto Taqueira, êle vos fizera compreender a verdade. . .

Quem? — replicou o incrédulo. — Esse é um parvo, como são todos os que dizem que El-rei D. Sebastião é vivo! Assim sejam meus pecados mortos, como êle o é. . .

Mal tinha acabado de pronunciar estas palavras sacrilegas, reboou na sala um grande estrondo. Todos se voltaram, e, pasmados e sem fala (diz o manuscrito), viram no chão, em pé, direito, encostado à parede, o retrato del-rei D. Sebastião. Tinha caído sem ninguém lhe tocar.

Por si se quebrara o cordão que o sustinha, apesar de muito grosso e forte.

Mas não é tudo.

«No retrato ficaram as côres do rôsto perdidas, e enfiado, o que não tinha estando pendurada. — «E isto afir-

(1) *Sucessos de Portugal de 1575 a 1640* — doc. 1.º (Ms. n.º 6 da colecção Conde de Azevedo).

rou Lucas Pereira, em presença de todos os sobreditos, com juramento dos Santos Evangelhos e porque eu a todas estas cousas me achei presente o juro também e assino. Hoje, 31 do mesmo mês João Pinto Taveira» (1).

Ainda neste tempo acreditar no regresso de D. Sebastião, não era desmarcado contra-senso. Tendo nascido em 20 de Janeiro de 1554, o rei contaria então 68 anos.

Mas a loucura sebastianista chegou a ponto de admitir que êle seria eterno; podia vir só muito tarde, mas havia de voltar na famosa manhã de nevoeiro. Vou ler-lhes a cópia duma escritura notarial (levemente modernizada) de que encontrei e existe o original no Arquivo da Misericórdia do Pôrto.

Reparem na data. E' de 1665. D. Sebastião, se fôsse vivo, teria então 111 anos. Mas... Não antecipemos. Eu leio:

«— Saibam quantos êste público instrumento de obrigação e aposta à vinda de El-Rei Dom Sebastião, tudo na melhor forma e via que em direito haja lugar, e mais valer, virem, que no ano do nascimento de N. S.^r Jesus Cristo de 1665, aos seis dias do mês de Abril, no dito ano, neste lugar de Miragaia, arrabalde da muito nobre e sempre leal cidade do Pôrto, na rua do Cidral, e quintal do Rev. P.^e... — onde estavam presentes a saber: de uma banda o Capitão Bernardo Carneiro de Crasto, ... e da outra estando também presentes Gaspar Correia, e Francisco da Mota Rebelo, ... todos pessoas por mim tabelião reconhecidas, e logo... por êles partes foi dito que êles estavam contratados de fazerem aposta de certa quantia de dinheiro à vinda de El-Rei Dom Sebastião, a saber: que o dito (Capitão) Bernardo Carneiro de Crasto dizia e porfiava que o rei Dom Sebastião havia ainda de vir a êste reino de Portugal — e os ditos Gaspar Correia e Francisco da Mota Rebelo defendiam e negavam, que êle não havia de vir: — sôbre o que vieram a fazer a seguinte aposta: o dito (Capitão) Bernardo Carneiro entregava já, a êles sobreditos, 14\$000 réis (*uma soma apreciável para a época...*) a saber, oito ao dito Gaspar Correia e seis

(1) Ms. n.º 889.

ao dito Francisco da Mota Rabelo, em troca da qual importância estes últimos lhe haviam de dar mil cruzados cada um, quando viesse o dito Rei — e logo êle (Capitão) Bernardo Carneiro de Crasto lançou sôbre uma mesa perante mim tabelião e testemunhas os ditos 14\$000 em bom dinheiro de contado, de moeda de prata, corrente neste Reino, que êles Gaspar Correia e Francisco da Mota contaram cada qual a sua parte e pelos acharem certos os guardaram.» Por sua parte estes últimos «obrigaram-se por êste público instrumento a darem e pagarem a êle (Capitão) Bernardo Carneiro 400\$000 réis cada um dêles, os quais lhe darão e pagarão em bom dinheiro de contado, tanto que o sobredito Rei Dom Sebastião, o que se perdeu em Africa, vier a êste reino de Portugal e nêle fôr tido e havido e conhecido pelo próprio (*garantiam-se contra as falsificações, é evidente...*) — e que assim se obrigavam a pagar muito pontualmente sem dúvida nem embargos.»

Os dois obrigavam os seus *herdeiros e sucessores* (!) à responsabilidade daquele contrato, e, depois de muitas fórmulas tabeliônicas para firmeza da escritura, esta concluía com uma cláusula mandada lá pôr, está-se a ver, pela parte sebastianista:

«Mais disseram (*os que não acreditam no regresso do rei*) que... não poderiam alegar que foram enganados ou que foi lesão enormíssima, porquanto muito de suas próprias e livres vontades faziam esta aposta, na forma referida... até à vinda do dito Rei D. Sebastião em qualquer tempo que venha sem limite de tempo...»

Assinaram o tabelião, as partes e *cinco* testemunhas (!).

Este documento, talvez único no género, é, como acaba de se ver, de 6 de Abril de 1665.

Um mês depois (4 de Maio de 1665) o Padre António Vieira, êsse luminoso espírito que o mito do *Encoberto* e as profecias do *Quinto Império* acabaram por escurecer, escrevia a D. Rodrigo de Meneses:

(1) Arquivo da Misericórdia do Pôrto, H., B.^{co} 8, n.^o 2, fl. 54 e seg.

— «Em Guimarães vomitou um homem enfêrmo um dragão com duas asas, de comprimento quasi de um côvado; da cabeça até ao meio, largo de dois dedos, vermelho escuro; do meio para a cauda, mais delgado e de côr parda» (1).

Escrevia isto a sério, vendo talvez no estranho successo um prenúncio maravilhoso da próxima chegada do *Encoberto*.

Temos de concordar: o sebastianismo, passada a crise nacional, redundou numa espécie de loucura mansa.

No entanto, já hoje ninguém contesta, suponho, que durante o domínio dos Filipes aquela crença exerceu uma função patriótica: conservou viva a fé na ressurreição da Pátria — e a fé tem mais poder que a alavanca de Arquimedes, capaz de levantar o mundo.

*

* * *

¿ Como se deram entre si Portugueses e Castelhanos durante o periodo da união?

Estimaram-se ou odiaram-se?

Talvez não se odiassem. Mas o que posso dizer é que se troçaram braviamente. Por certo que êsses molejos não haviam de contribuir para que se criasse uma grandê amizade.

Nos divertimentos públicos da época, em Castela, havia quasi sempre uma parte cómica que se chamava a *portuguesada*.

Em Valladolid certo dia de festa percorreu as ruas uma *invenção* que muito divertiu o povo: era um grupo de homens, com máscaras, capuzes e pandeiros, trazendo nas cabeças uns chapêus muito grandes com rótulos que diziam: — *Agostinho Fernandes Português* —. Pandeiravam e bailavam e ao mesmo tempo iam berrando: — «Pelos Evangelhos — juro que sou muito fidalgo, muito músico, muito Português, muito namorado e que hei-de quebrar um ... *chifre* na cabeça de todo o castelão (*sic*)» (2).

(1) Cif. por Lúcio de Azevedo, obr. cit., pág. 115, nota 1.

(2) Tomé Pinheiro de Veiga, *Fastigimia* — Ed. da Bib. Mun. do Pôrto, pág. 43.

Nos entremeses todos os nossos ridículos eram postos a nu: — ¿Que queres tu Agostinho Fernandes, com as tuas barbinhas samicas, mui tozadas e amalrotadas (sic), e a tua vinha — graduada em quinta — mui cercada de silveiras, por que te não tomem um cacho, e a tua espadinha caranguejeira mui refinada, e a tua mulherzinha (mui faminta e com muito más perninhas), emparedada, e a tua filhinha, com as suas sapatas... urinadas e acalcanhadas, metida em um archi-banco, e sem ver sol nem lua — e vendo a estrêla na hora do meio dia? *Ite maledicti!* (1)

De facto as damas em Portugal quasi não saíam à rua; não sei se era por isso que gozavam em tôda a Europa de fama de muito virtuosas e honestas.

As Castelhanas, a julgar pelas de Valladolid (de que Tomé Pinheiro da Veiga falou em 1605), pelo contrário ultrapassavam em licenciosidade tudo quanto se possa imaginar. No entanto, diz aquele viajante, nem tudo que luz é ouro: as Lusitanas são também mulheres de conversação; o que lhes falta é o exercício, pois tem mostrado a experiência que, como pessegueiros, se melhoram fora da pátria: em Castela não é raro tornarem-se tão boas como as Castelhanas.

Mas não deixavam de ser patriotas. Eis um exemplo:

Uma vez numa das vulgares comédias da côrte appareceu (como de costume) um Castelhana a zurzir feio e forte um Lusitano. O Duque de Alba aproximou-se de D. Bernarda Coutinha, nossa patricia, e segredou-lhe — *Veja o que os Castelhanos fazem aos Portugueses...*

E a dama, imediatamente: — Sim. Os Castelhanos tratam desta maneira os Portugueses nas comédias — mas é o contrário que se dá quando é a sério (2).

Nas mesmas ideias abundava o nosso António Veloso de Lyra — ao tempo estudante na nobilíssima Universidade de Salamanca. Segundo êle, quando um Português se envolvia à bordoadá com um Castelhana e caíam por terra, era o Português que de ordinário ficava por cima (3)...

¡O que êste Veloso de Lyra nos conta dos académicos lusitanos dêsses tempos na vetusta Salamanca, das façanhas

(1) Id. *ibid.*, pág. 44.

(2) Referido por vários autores; ex. por A. de S. Macedo — op. cit.

(3) *Espelho de Lusitanos* etc. — Lisboa, 1753, pág. 205.

dos *Viriatos*, como eles patrioticamente se intitulavam! A acreditar em Veloso de Lyra, os nossos compatriotas eram o terror da Academia e principalmente dos estudantes Biscainhos. Numas férias nove Portugueses arremeteram contra 150 (!!) Biscainhos, entrincheirados no palácio do Arcebispo. Os Portugueses só se aquietaram e embaianharam as espadas, quando os Jesuítas apareceram de cruz alçada a implorar a paz.

Saibam V. Ex.^{as} que um dos *Viriatos* dessa proesa épica se chamava Pedro Barbosa e era de Guimarães... (1)

Doutra vez ainda foi melhor. Estando certa noite um estudante português em sua casa, muito sossegado, ouviu na rua uma barulheira infernal. Chegou à janela e viu aproximar-se uma multidão de Biscainhos «de bandeira levantada», tambor e trombeta e berrando como possessos.

Desceu dum pulo a escada e, munido apenas de uma espada de quatro palmos, postou-se no meio da rua, e voltando-se para o capitão da malta, gritou-lhe:

— Mato-te como um pèrro, se tentas dar mais um passo!

Estacou a turba. Parlamentou-se e decidiu-se afinal que os biscainhos sempre passariam, mas sem *falar palavra, nem tocar trombeta ou caixa*. E assim se fez. *Advertita-se* — diz Veloso — *que eram mais de duzentos biscainhos... e depois da ceia.* (2)

Deve ser fanfarronice do Veloso — influenciado pelas do seu homónimo dos *Lusiadas*...

Afinal nós dizíamos, como o personagem da *Eufrosina*, que os Castelhanos não falavam senão em *rebolarias*, mas nós não lhes ficávamos atrás em gabarolices.

Para o Castelhana, os Portugueses eram além de soberbos e jactanciosos, — desconfiados, invejosos por índole, vingativos como ninguém, e uns sujos de corpo e de língua.

Imaginam lá como eles nos chamavam!

Em vez de dizerem: — *Ali vai um Português* — diziam: — *Ali vai um sévoso* (3) — ou o que é o mesmo um porcalhão.

Confessemos no entanto que pior lhes chamávamos

(1) Veloso de Lyra — ob. cit., pág. 201.

(2) Id. ibid. pág. 202.

(3) Tomé Pinheiro de Veiga, op. cit. *passim*.

nós, mesmo na cara: — *Olá seu...* (1). Estão Senhoras: não posso concluir a frase — era uma expressão taumática.

Mas elles riam-se e não levavam a mal.

Diziam-nas frescas uns aos outros: a decência impede-me de aqui relatar algumas das amabilidades que se trocavam. Já lá vai o tempo em que o *pranto da Maria Parda* de Gil Vicente não era poesia obscena... Ora os castelhanos chasqueavam-nos exactamente pelo nosso desbragamento de linguagem — pelo emprêgo constante de palavras... mal cheirosas. Mas adiante, que o assunto é difícil e melindroso...

Metiam-nos a ridículo também pelas nossas prosápias de fidalguia. Uma vez (contavam elles) chegou a Castela um Português acompanhado pelo seu criado. Um Castelhana dirigiu-se a êste e perguntou-lhe: — *Que caballero es esse?* — *O' Castelão! Falai bem, não é cavalheiro — retorquiu, escandalizado, o servo. — Que señor es esse? — Não é senhor. — Que hombre es? — Não é homem. E' Português fidalgo, parente do rei de Portugal, do qual traz as suas mesmas armas e as de N. S. Jesus Cristo no seu brasão* (2).

Nós vingávamo-nos com histórias doutro género. Um exemplo: «Retirando de Castela um Português, chamou a sua hospedeira e disse-lhe: — Vou deixar-vos em recordação a melhor reliquia que há no mundo. — Perguntou ela: *E' Agnus Dei?* — Não; muito melhor! *Huesso de algun sancto?* — Melhor! — *Es lignum crucis?* — Muito melhor! Não adiviniais! E' uma lasquinha da pá da Santa Forneira (de Aljubarrota) para trazerdes ao pescoço»... (3)

Quando Castelhanos e Portugueses se reuniam, não era raro contarem-se anedotas mutuamente insultantes, em termos escabrosos.

O Tomé Pinheiro da Veiga, de que já falei, e que me forneceu grande número das anedotas que aqui tenho referido, deixou-nos no seu curioso livro *Fastigimia* a descrição duma dessas sessões em casa de D. Ana de Sousa, mulher de um dos Regedores de Valladolid.

(1) T. P. da Veiga, op. cit.

(2) Id.

(3) Id.

Se um Castelhana contava: — «Um rei de Portugal mandou juntar todos os asnos do seu reino para dizer um dito que ficasse nas crônicas, e como os viu juntos, pôs-se na sua varanda e disse: *fermosa asnada*» — logo um Português atalhava: — Senhores, não mandou juntar senão todos os Castelhanos e disse: — *fermosa boiada* (1).

Nestas e em muitas outras historietas que toda a gente sabia de cor, revelam-se bem nitidamente os antagonismos que separavam Castelhanos e Portugueses. Pode, é certo, dizer-se que os defeitos de uns eram em regra os defeitos dos outros; no entanto é inegável que não nos entendíamos.

Porém o que é curioso é que as Castelhanas em geral entendiam-se muito bem com os Lusitanos.

Explicação? Parece-nos simples: não havia no mundo quem soubesse amar como o *Português*, apesar de elas se queixarem de que os nossos galanteadores tinham o mau costume de «trasfegar e beliscar com pés e mãos» e de que um *mimo de Portugal* consistia em dar um beliscão que leva meio braço ou meia perna a uma pecadora, pondo-a a manquejar por uma hora. No entanto a *ternura portuguesa* era proverbial. *Português*, *namorado* e *lloron* eram sinónimos.

Para essa fama que perdurou através de todo o séc. XVII, contribuíram (entre outros literatos) Cervantes e Lope de Vega.

Na sua novela *Los trabajos de Persiles y Sigismunda*, Cervantes conta que havia em Lisboa, em certa capela, uma sepultura com o seguinte epitáfio:

— Aqui jaz a viva memória do já morto Manuel de Sousa Coufinho, cavaleiro português, como se viva fôra. Não morreu às mãos de nenhum Castelhana, senão às de amor que tudo pode.

Para o célebre autor do D. Quixote era quasi «*costumbre el morir de amor los Portugueses*».

Conhecem certamente o delicioso Epigrama de Lope de Vega a um Português que chorava:

(1) T. P. da Veiga, op. cit.

— «A un Portugues que lloraba
Perguntaron la ocasion;
Respondió que el corazón
Y que enamorado estaba.

Por mitigar su dolor
Le preguntaron de quien;
Respondió que de ninguen
Lloraba de puro amor!»

Devo, contudo, lembrar que Cervantes, e Lope de Vega (como Tirso de Molina, Calderon de la Barca e outros) não deixaram de prestar a sua homenagem ao valor lusitano.

Minhas Senhoras
Meus Senhores:

Como se viu, não entrara em letargia, durante a usurpação, o sentimento nacional português.

Sempre desperto e vigilante, êle afirma-se em múltiplos lances, e na desgraça ora palpita profético nas esperanças do sebastianismo, ora gargalha sarcástico crivando de ironias os Castelhanos na sua própria presença, ora surge vívido e culto na apologia da língua materna e do glorioso passado, através das produções literárias e eruditas.

Nesta terra leal de Guimarães foi, talvez, onde mais desassombradamente (depois do frustrado levantamento de Évora e a dois anos ainda da vitória do 1.º de Dezembro) se renovou o gesto audacioso do jesuíta Luís Alvares, que «prêgando na presença do Cardeal Arqui-Duque Alberto (representante de Filipe II) o Evangelho do paralítico, tomara para tema as palavras — *Surge, tolle grabatum tuum, et ambula* — acrescentando — *Serenissimo Príncipe, quere isto dizer: levantai-vos depressa, tomai o vosso fato e ide para vossa casa*» (1).

Este golpe de audácia repete-se em 1638 na Senhora

(1) Conde da Ericeira — *História de Portugal Restaurado*, 1751 — tomo I, pág. 40.

da Oliveira, na comemoração de Aljubarrota que jãmais aqui deixara de se efectuar. Luís da Natividade, douto frade franciscano do convento de Guimarães, tendo feito expor o venerando pelote de D. João I, atravessado pela sua própria lança, diz ao povo, perante a guarnição castelhana, apontando a patriótica relíquia:

— «Para bem saberdes quão perdido temos o reino, olhai para êsse retrato dêle, e vê-lo-eis bem pintado . . .
 . . . Vejo-vos pelote, velho e rôto, vejo-vos atravessado pela vossa própria lança! Só me fica por consolação ver-vos diante dessa Virgem da Oliveira, que se uma vez vos livrou da morte, vos pode ainda ressuscitar a nova vida!»

Aludindo ao desdém dos dominadores pelo antigo e heróico Portugal, exclama com inultrapassável arrôjo:

— «A afronta, a maior para um velho honrado, é ver-se zombado dos moços de quem dantes não fazia caso para companheiros dos seus cães de gado . . .

«E' a afronta tanto maior quanto é mais vil quem a faz e mais ilustre quem a recebe . . .»

E numa claríssima incitação à revolta:

— «Vêdes isto? Se o não sentis, estais caducos; se o não sabeis remediar, sois tontos . . .»

Mas «Vós, Virgem, sois a que haveis de fazer tudo, vossa há-de ser esta restauração e renovação dêste reino, por mais dilacerado e descarnado que esteja!» (1)

Senhores!

Falava assim nesse templo em que se evocam horas culminantes de epopeia — e nesta cidade em que se abriga

(1) Frei Luís da Natividade, *Divindade do Filho de Deus*. L.^o 1645 — v.^o c. *Sermão do Pelote — passim*.

uma tradição tão alevantada de patriotismo, um Português que não temia a opressão, um Português que traduzia nas suas palavras solenes o sentir dum povo inteiro.

Vimos que a mais tenebrosa crise da nossa História Política, não entibiou nas almas lusitanas a devoção nacionalista.

Cumpre tirar dêsse facto a mais eloqüente lição — é que essa devoção é eterna!

Haja o que houver, ela não se dissipará.

Nenhuma garantia melhor podemos ter de que a nacionalidade erguida sobre êste solo sagrado, viverá, pelos séculos fora,

Gloriosa
Indestrutível
Imortal!

A. DE MAGALHÃES BASTO.